PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. Coronel Tadeu)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para dispor sobre o pagamento de precatórios durante a pandemia do COVID – 19.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para possibilitar o pagamento de precatórios de natureza alimentar durante o estado de calamidade pública.

Art. 2º Durante a situação de calamidade pública e até um ano após seu encerramento, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), para fins do disposto no art. 10 da referida Lei Complementar, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estarão desobrigados do cumprimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso da Lei de Diretrizes Orçamentárias para propiciar o pagamento dos precatórios de natureza preferencial ou superpreferencial de que tratam os parágrafos 1º e 2º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Temos hoje total consciência de que a situação do pais é excepcional e exige medidas diferentes e às vezes agressivas, o papel da Camara dos Deputados é, nesse momento, promover todas as alterações





CÂMARA DOS DEPUTADOS

legislativas que se fazem necessarias nesse momento tal agudo. Uma dessas alterações que reputo primordial, refere-se aos precatórios.

Estes têm sua regulamentação e ordem de pagamento no art. 100 da Constituição Federal.

No caso dos precatórios, há dois tipos: os de natureza alimentar e os comuns.

Os de natureza alimentar compreendem àqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

Ainda existe a possibilidade de adiantamento do precatório alimentar quando o credor tiver 60 anos ou mais ou doença grave.

Assim, tratam-se de verbas que são devidas a pessoas que tiveram suas fontes de renda prejudicadas e reconhecidas em decisões judiciais, em sua maioria sobre salários, pensões, aposentadorias, indenizações por morte ou invalidez, benefícios previdenciários, créditos trabalhistas, entre outros.

Considerando que a arrecadação de recursos do Estado se encontra comprometida em decorrência da pandemia do coronavírus, há propostas nesta casa legislativa que dispõem sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais enquanto persistir a emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19), em suma, suspendendo o pagamento dos precatórios.

Ocorre que essa alternativa não é viável, pois seriam suspensos os pagamentos de todos os precatórios, em claro prejuízo das pessoas que há anos esperam para receber os valores que lhe foram negligenciados, como é o caso dos precatórios de natureza alimentar. Todavia, esta é uma saída encontrada pelos chefes dos Poderes Executivos da federação para que não fossem responsabilizados pelo descumprimento das Leis de Diretrizes Orçamentárias.





Assim, este projeto visa a proteger os Governadores e Prefeitos de eventuais crimes de responsabilidade fiscal durante a execução do pagamento dos precatórios, permitindo uma melhor alocação dos recursos na luta contra o Coronavírus, sem prejudicar o direito alimentar dos cidadãos.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Coronel Tadeu Deputada Federal PSL/SP